



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1805142 - SP (2020/0329907-9)

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : MOTO TRAXX DA AMAZÔNIA LTDA  
**ADVOGADOS** : SÍLVIA ZEIGLER - SP129611  
ANDRÉ FERRARINI DE OLIVEIRA PIMENTEL - SP185441  
**AGRAVADO** : HSW ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA  
**ADVOGADOS** : EDUARDO DA GRAÇA - SP205687  
EDGAR SANCHES DE TOLEDO - SP252805  
DENIS AUDI ESPINELA - SP198153

### DECISÃO

Cuida-se de tutela de urgência apresentada por MOTO TRAXX DA AMAZÔNIA LTDA em que requer a concessão de efeito suspensivo ao Agravo em Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos do Agravo de Instrumento n. 2059224-68.2019.8.26.0000 que por seu turno restou rejeitado.

A requerente alega que na origem a agravada interpôs ação indenizatória objetivando a condenação da agravante ao pagamento de indenização a título de perdas e danos em razão de contrato de seguro previamente firmado com o objetivo de garantir o faturamento anual da agravada. Aduz diversas ilegalidades ocorrida durante o processo de conhecimento.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Outrossim, sabe-se que o deferimento da tutela de urgência para conferir efeito suspensivo a recurso especial somente é possível quando presentes, concomitantemente, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. A propósito, veja-se:

**PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. AÇÃO RESCISÓRIA (ART. 966, VIII, § 2º, DO CPC/2015). ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA (ART. 300 DO CPC/2015). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PERICULUM IN MORA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. 1. Em preliminar, cumpre receber o pedido de reconsideração como agravo regimental. 2. Na hipótese em análise, o requerente busca a concessão de tutela de urgência nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015 para que sejam**

*suspensos os processos de execução do julgado que visa rescindir por meio da ação rescisória. A propósito, sustenta a plausibilidade do direito invocado na ação rescisória e a existência de prejuízo irreversível inerente à continuidade dos processos de execução.*

*3. O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 exige para a concessão da tutela de urgência a presença cumulativa dos requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora, sendo que a ausência de qualquer dos requisitos referidos obsta a referida pretensão.*

*4. Ademais, impende destacar que o ajuizamento de ação rescisória não impede o prosseguimento da decisão que visa ser rescindida, nos termos do artigo 966 Código de Processo Civil de 2015: "A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória."*

*5. O requerente, entretanto, não comprovou o periculum in mora, apto a determinar a suspensão da execução do julgado. A simples alegação no sentido de que os valores executados equivalem a mais de oitenta por cento do valor de sua folha de pagamento pessoal, isso num momento terrível por que passa a economia do país" (fl. 129 e-STJ), não é suficiente para comprovar o referido requisito, principalmente quando não apresentado nenhum documento que comprove tais alegações. Não obstante, como cediço, a alegação da ocorrência de atos de execução do julgado, por si só, não é suficiente para a configuração de risco de dano jurídico irreversível.*

*6. Agravo interno não provido. (RCD na AR 5.879/SE, Primeira Seção, DJe de 8/11/2016, grifo meu.)*

Na espécie, o requerente deixou de demonstrar o periculum in mora, se atendo a defender tão somente possíveis prejuízos decorrentes da continuidade do processamento da execução promovida pela ora agravada, fatos estes insuficientes a alterar o curso regular do presente agravo em recurso especial.

Considerando ainda, a inexistência de prova de que qualquer medida de urgência tenha sido realizada pelo juízo de primeiro grau durante o período de recesso judiciário, quando os prazos processuais se encontram suspensos, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência.

Isto posto, indefiro o pedido de efeito suspensivo requerido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência